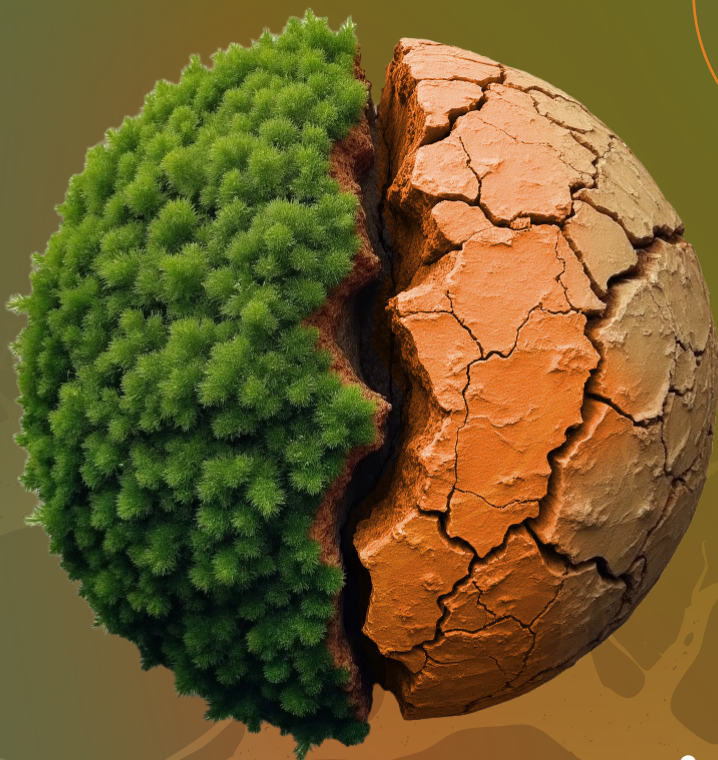


CARTILHA

COP30 no Brasil: o legado do Pará para um futuro sustentável



Comunitas

CARTILHA

COP30 no Brasil: o legado do Pará para um futuro sustentável



Comunitas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cartilha : COP 30 no Brasil [livro eletrônico] : o legado do Pará para um futuro sustentável / Brauner Cruz Junior...[et al.] ; coordenadores Dayane Reis, Caroline Bondim Cotta, Leandro da Rocha Marques. -- 1. ed. -- São Paulo : Comunitas, 2026.
PDF

Outros autores: Caio Momesso, Clara Marques, Elisa Serafim, Tamara Crantschaninov.
Bibliografia.
ISBN 978-85-89303-12-5

1. Conferência as Partes (COP) 2. Conferência das Nações Unidas 3. Meio ambiente - Aspectos econômicos 4. Mudanças climáticas - Aspectos socioambientais 5. Sustentabilidade ambiental
I. Junior, Brauner Cruz. II. Momesso, Caio.
III. Marques, Clara. IV. Serafim, Elisa.
V. Crantschaninov, Tamara. VI. Reis, Dayane.
VII. Cotta, Caroline Bondim. VIII. Marques, Leandro da Rocha.

25-301210.1

CDD-304.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Efeitos sociais 304.25

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Expediente

REGINA ESTEVES
Presidente

COORDENAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

Dayane Reis
Diretora de Comunicação, Conhecimento e Inovação
Caroline Bondim Cotta
Coordenadora-geral de Comunicação, Conhecimento e Inovação
Leandro da Rocha Marques
Coordenador de Projetos

PESQUISA, CONTEÚDO E REDAÇÃO

Vena Consultoria
Brauner Cruz Junior
Caio Momesso
Clara Marques
Elisa Serafim
Tamara Crantschaninov

Comunitas
Dayane Reis
Caroline Bondim Cotta
Bibiana Martins dos Santos
Catarina Appolinário

REVISÃO

Dayane Reis
Diretora de Comunicação, Conhecimento e Inovação

Ronyse Pacheco
Diretora de Estratégia e Parcerias

Thiago Milani
Diretor de Projetos e Relações Governamentais

Bibiana Martins dos Santos
Coordenadora Geral de Projetos e Relações Governamentais

Caroline Bondim Cotta
Coordenadora de Comunicação, Conhecimento e Inovação

Isabela Araújo
Coordenadora de Comunicação

Leandro da Rocha Marques
Coordenador de Projetos

Patrícia Olivieri
Coordenadora de Estratégia e Parcerias

Catarina Appolinário
Analista de Conhecimento

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Silvia Marchetti

IMAGENS

Adobe Stock | Freepik

Comunitas. COP30 no Brasil: o legado do Pará para um futuro sustentável. (01-74) São Paulo, 2026.

Sumário

Lista de Siglas	6
Lista de Quadros	7
Lista de Imagens	7
Lista de Entrevistados	8
Sobre a Comunitas	10
Boas-vindas, por Regina Esteves	12
Introdução: a importância da COP30 e a responsabilidade em sediá-la	14
Linha do tempo: o percurso até a COP	19

1.	O Governo do Estado do Pará e a governança da COP30	22
	1.1 Apoio técnico articulado pela Comunitas	26
2.	Da gestão à entrega: a preparação para a COP30	27
	2.1 O Escritório de Gerenciamento de Projetos como solução em gestão	28
	2.2 Preparando o espaço da COP30 em Belém: obras, Green Zone e Blue Zone	36
	2.3 Entre chefes de Estado e sociedade civil: soluções em hospedagem	41
	2.4 Pará no roteiro internacional: turismo e cultura na COP30	46
3.	Legados, aprendizados e expectativas	53
4.	Conclusão	63
5.	Agradecimentos	69
6.	Referências bibliográficas	71

Lista de Siglas

ABIH/PA – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – Seção Pará

ABLT – Associação Brasileira de Locação por Temporada

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRT – Transporte Rápido por Ônibus (*Bus Rapid Transit*)

COP – Conferência das Partes (*Conference of the Parties*)

EGP – Escritório de Gestão de Projetos

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

GRULAC – Grupo de Países da América Latina e Caribe

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

ONU – Organização das Nações Unidas

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária

SECOP – Secretaria Extraordinária para a COP30 (Governo Federal)

SECULT – Secretaria de Estado de Cultura

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

SEMAS – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Lista de Quadros

Box 1	
O que é “How to COP” ?	23
Box 2	
O que é uma matriz de responsabilidades?	29
Box 3	
O que é um masterplan?	37
Box 4	
Parque da Cidade	39

Lista de Imagens

Imagem 1	
Modelo de Governança do EGP	31
Imagem 2	
PowerBI para visualização de projetos do EGP	33
Imagem 3	
Parque da Cidade inaugurado em Belém	40
Imagem 4	
Página Inicial da plataforma COP30 BNetwork	45
Imagem 5	
Infográfico de Geolocalização: Floresta Amazônica Global – América do Sul – Brasil – Região Norte Brasileira – Estado do Pará – Município de Belém	47

Lista de Entrevistados

Adler Silveira

Secretário de Infraestrutura e Logística do Estado do Pará

André Meyer Coelho

Gerente de Projetos da FGV Projetos

Bruno Chagas

Secretário Adjunto de Cultura do Estado do Pará

Brenda Maradei

Coordenadora no Núcleo COP

Caio Carvalhaes Bartholomeu

Gerente de Estratégia na Accenture Brasil

Cláudia Valente

Coordenadora no Núcleo COP

Flávio Cardoso

Gerente de Estratégia na Accenture Brasil

Hana Ghassan Tuma

Vice-Governadora do Estado do Pará e Presidente do Comitê Estadual da COP30

Ivaldo Ledo

Secretário de Planejamento e Administração do Estado do Pará e Coordenador no Núcleo COP

João Uchôa

Fundador e arquiteto-chefe da Ciclo Arquitetura

Lucas Torres

Secretário Adjunto de Turismo do Estado do Pará

Mônica Piedade

Coordenadora no Núcleo COP

Matheus Gemaque

Gerente no Núcleo COP

Raul Protázio Romão

Secretário de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Estado do Pará

Thiago Milani

Diretor de Projetos e Relações Governamentais da Comunitas

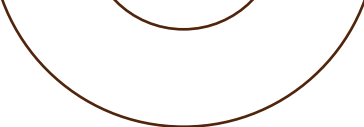
Vera Oliveira

Secretária de Comunicação do Estado do Pará

Sobre a Comunitas

A Comunitas é um *hub* de soluções voltado ao fortalecimento da gestão pública brasileira. Criada em 2000, atua com modelagem de políticas estruturantes, *think tank* para governos e empresas e fortalecimento da atuação social corporativa, com o objetivo de melhorar os serviços públicos e, consequentemente, a qualidade de vida da população.





Trabalhamos em três grandes frentes:

○ **Modelagem de políticas públicas inovadoras**

Apoiamos municípios, estados e o governo federal na criação e implementação de soluções que podem ser ampliadas e adaptadas em diferentes realidades, sempre com foco em resultados concretos e duradouros.

○ **Fortalecimento de lideranças públicas**

Gestores preparados transformam governos. Por meio da Rede Juntos, maior plataforma de gestores do país, e de formações em universidades de excelência, capacitamos lideranças para enfrentar desafios complexos, inovar e trocar experiências que podem ser replicadas em todo o Brasil.

○ **Investimento Social Corporativo (ISC)**

Ajudamos empresas a potencializar seus investimentos sociais por meio do BISC, pesquisa pioneira que reúne dados, práticas e tendências. Mais do que números, o BISC cria uma rede de colaboração entre executivos, institutos e fundações, fortalecendo a responsabilidade social e conectando o Brasil às principais discussões internacionais.

Com essa rede de parcerias, a Comunitas busca transformar boas ideias em práticas reais, gerando impacto positivo, duradouro e compartilhado com toda a sociedade.

Carta de Abertura

por Regina Esteves

O Brasil ser sede da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) representou mais do que a realização de um grande evento internacional. Foi a assunção de uma responsabilidade histórica e a abertura de uma oportunidade concreta para refletirmos, planejarmos e estruturarmos caminhos de longo prazo para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

Ao levar a COP para Belém, o Brasil colocou a maior floresta tropical do planeta no centro das decisões globais sobre o clima não apenas como um território a ser preservado, mas como um espaço estratégico de soluções, inovação e construção de agendas futuras.

A complexidade dessa agenda exigiu muito mais do que capacidade de execução. Demandou planejamento, método e uma governança capaz de articular diferentes níveis de governo, atores nacionais e exi-



A experiência da COP30 evidencia como método, governança e planejamento de longo prazo fazem diferença quando incorporados à gestão pública

gências internacionais, traduzindo compromissos globais em decisões consistentes no território.

Nesse processo, o protagonismo foi do Estado do Pará, que junto aos demais entes, estruturou e conduziu um arranjo de governança voltado à coordenação, à clareza de papéis e à organização das prioridades. A Comunitas contribuiu a partir de sua atuação institucional, oferecendo apoio técnico e metodológico ao Estado, com foco na consolidação de modelos de governança, no fortalecimento da coordenação e na criação de instrumentos que dessem sustentação às decisões ao longo do tempo.

Esse tipo de apoio parte de uma visão de futuro. Mais do que responder às demandas imediatas de um evento, trata-se de apoiar governos na construção de capacidades permanentes de planejamento, gestão e colaboração, capazes de atravessar mandatos, agendas e ciclos políticos. É essa base que permite que iniciativas complexas deixem de ser exceções e passem a integrar a forma como o poder público planeja e executa suas políticas.

A experiência da COP30 evidencia como método, governança e planejamento de longo prazo fazem diferença quando incorporados à gestão pública. Para além de resultados pontuais resultados pontuais, ela deixa aprendizados que podem ser apropriados, adaptados e replicados por outros governos brasileiros diante de desafios igualmente complexos.

Mais do que um marco logístico ou político, a COP30 aponta para um futuro possível: aquele em que grandes agendas nacionais e globais são enfrentadas com seriedade, coordenação e visão de longo prazo, fortalecendo o Estado e ampliando sua capacidade de gerar impacto positivo para a sociedade.

Boa leitura!

Regina Esteves

Presidente da Comunitas

INTRODUÇÃO

A importância da COP30 e a responsabilidade em sediá-la

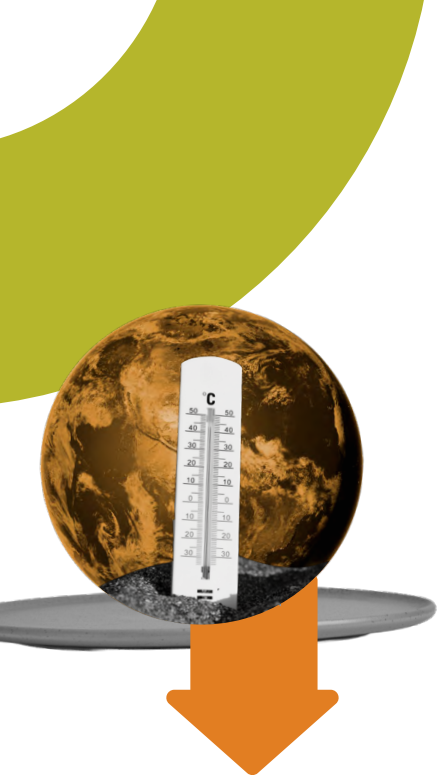


A Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas — comumente chamada de COP (Conferência das Partes) — é realizada desde 1995 pelos países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês). A edição realizada no Brasil marcou a 30ª Conferência, o que, por si só, já imprime um caráter simbólico e histórico à ocasião.

Conhecidas por avanços relevantes nas regulações internacionais sobre emissões de gases de efeito estufa e pela formalização de acordos multilaterais, as COPs vêm se consolidando como espaços estratégicos de negociação e formulação de compromissos globais. Realizada em 1997, a COP3 deu origem ao Protocolo de Kyoto. O tratado estabeleceu, pela primeira vez, metas obrigatórias de redução de emissões para países desenvolvidos e criou instrumentos inovadores, como o mercado de carbono. Já em 2015, a COP21 culminou no Acordo de Paris, que definiu a meta de limitar o aumento da temperatura global a menos de 2 °C, buscando restringi-lo a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

O Brasil tem desempenhado papel de destaque nesse processo desde as primeiras edições. Na COP3, foi um dos propositores do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitiu a países em desenvolvimento participar de projetos de redução de emissões financiados por países industrializados. Na COP15, em Copenhague (2009), apresentou metas voluntárias de redução de emissões, ainda antes do Acordo de Paris. E, mais recentemente, na COP27, no Egito (2022), o país retomou uma postura positiva, sinalizando compromissos mais alinhados às metas globais de mitigação e conservação, especialmente com o retorno do combate ao desmatamento como prioridade.

Apesar dos avanços, o cenário global contemporâneo reforçou a urgência de uma ação coordenada entre os países e de caráter prioritário nas agendas nacionais. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a temperatura global já aumentou cerca de 1,1 °C em relação aos níveis pré-industriais. Para limitar o aquecimento a 1,5 °C, as emissões globais precisariam ter atingido o pico antes de 2025 e serem reduzidas em 43% até 2030. Sem isso, eventos extremos como secas prolongadas, inundações, insegurança alimentar e deslocamentos forçados



Para limitar o aquecimento a 1,5°C, as emissões globais precisam ser reduzidas em 43% até 2030

devem se intensificar, afetando de forma mais severa populações vulneráveis, especialmente em regiões tropicais.

É nesse contexto que a 30ª edição da Conferência das Partes ganha ainda mais relevância. Realizada em Belém, uma capital amazônica, a cúpula reforçou a centralidade da região nos debates climáticos e ampliou o protagonismo do Brasil na liderança de uma transição socioambiental justa. Essa escolha foi reconhecida, ademais, como uma forma de dar visibilidade às vozes que historicamente ocupam posições periféricas nas arenas de decisão global, incluindo povos indígenas, comunidades tradicionais e governos locais.

A opção pela capital paraense como cidade-sede da COP30 foi oficializada em dezembro de 2023, após a confirmação do Secretariado da UNFCCC ao final da COP28. A previsão era de que o evento fosse sediado na América Latina e no Caribe, de modo que a proposta brasileira acabou sendo endossada pelos países da região. Internamente, lideranças políticas e científicas, bem como movimentos socioambientais, destacaram o valor estratégico de sediar o evento na Amazônia, região que desempenha um papel fundamental nas discussões sobre preservação, regulação climática e biodiversidade, justamente por ser um dos pontos críticos do planeta para o equilíbrio do ecossistema global.



Esta COP30 não foi sobre um evento – foi sobre deixar raízes profundas que transformem nossas políticas públicas e levem o Pará a um novo ciclo de desenvolvimento baseado no equilíbrio entre floresta, cidade, tecnologia e bem-estar da população.

Helder Barbalho, Governador do Estado do Pará

Porém, a percepção positiva da COP30 em Belém trouxe consigo um acompanhamento atento sobre as necessidades de adaptação para um projeto desse porte. Afinal, trata-se de uma capital que, embora seja uma referência central na região Norte, encarou o desafio de escalar sua infraestrutura para um encontro multilateral sem precedentes em sua trajetória. Sedar uma conferência dessa magnitude implicou operar uma logística complexa em termos de infraestrutura, mobilidade urbana, segurança, conectividade digital e espaço para a realização do evento compatíveis com as exigências da UNFCCC. Adicionalmente, diante da previsão de um grande fluxo de visitantes, a capacidade hoteleira e a oferta de leitos revelaram-se um desafio operacional.

Realizar a COP30, ou como ficou mundialmente conhecida, COP da verdade e da implementação, demandou, logo de início, uma intensa articulação entre os governos federal, estadual e municipal, juntamente ao setor privado e à sociedade civil organizada. O cronograma de preparação e execução das intervenções foi de 30 meses, com um nível de exigência elevado. Todo este intenso trabalho resultou na participação de delegações de 194 partes (países signatários da UNFCCC e União Europeia), chefes de Estado, organismos internacionais, comunidades locais, povos indígenas, sociedade civil e representantes de diferentes setores sociais e econômicos, e a imprensa internacional. A Conferência, que teve como principais



entregas a Declaração de Belém e o *Global Mutirão*, marcou a transição de uma política climática focada em promessas para uma direcionada à ação. Foram quase 500 iniciativas propostas e mais de 100 Planos de Aceleração de Soluções, transformando a palavra-chave que antes era mitigação para adaptação.

Estes resultados demandaram muito mais que o cumprimento das exigências da ONU para realização das negociações, exigiu a construção de uma estrutura de alto padrão, acesso e fluidez, com requisitos de segurança, na circulação entre os espaços oficiais e paralelos do evento.

Assim, o objetivo desta publicação é justamente lançar luz sobre os esforços empreendidos pelo Governo do Pará e demais atores na preparação para a realização da COP30, destacando os desafios mapeados e as soluções encontradas. E, principalmente, explorar os legados deixados para gestão pública, para a população paraense e para a cidade de Belém neste processo desafiador.

A publicação concentra-se em alguns campos temáticos, divididos em seções. A primeira apresentará como o governo paraense recebeu a missão de sediar a COP30 e de que maneira se articulou com as instâncias municipal e federal, bem como com outros *stakeholders*, ressaltando os aspectos da governança compartilhada.

Já a segunda seção endereça temas de gestão e priorização de projetos na organização da COP tendo como ponto de partida a implementação do Escritório de Gestão de Projetos (EGP). Na sequência, as subseções exploram as intervenções no território por meio de obras e definição do *masterplan* do evento; os desafios, intervenções e soluções em hospedagem; e, por fim, os aspectos de cultura e turismo — os quais foram apostas no enriquecimento da experiência da COP30 em Belém e um legado para o Estado.

A terceira seção analisa os desdobramentos positivos da COP para o Pará e sua capital, com destaque para o fortalecimento das capacidades institucionais do Governo do Estado, advindas dos aprendizados do evento e das parcerias realizadas.

A metodologia utilizada para construir essa narrativa foi a análise sistemática de fontes primárias, como documentos-síntese do processo e relatórios de execução, e a condução de entrevistas semi-estruturadas com atores chave no processo. Também foram consultadas fontes secundárias e notícias, que serviram para checar e corroborar as informações coletadas.

Linha do tempo: o percurso até a COP

Em meio ao entusiasmo e expectativas, a construção paulatina do caminho até o encontro em Belém pode passar despercebida. Por isso, é importante fazer um pequeno resgate histórico do percurso percorrido até seu acontecimento. Liderado pelo atual Governador Helder Barbalho, o Governo do Pará vinha investindo na agenda ambiental como prioridade estratégica na gestão e na própria economia do estado desde 2019. Diante de desafios históricos relacionados ao desmatamento e à conservação da floresta, a candidatura de Belém à sede da Conferência das Partes foi vista como uma oportunidade de fortalecer a agenda ambiental e impulsionar ações concretas de enfrentamento dessas questões.

Mesmo antes da formalização desse pleito, o Estado articulou-se estrategicamente para apresentar uma proposta estruturada ao Governo Federal. A partir dessa iniciativa, foram delineadas as bases para que a União levasse adiante a candidatura junto ao Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC¹, na sigla em inglês). Foi justamente nesse processo de pré-planejamento que diferentes agentes passaram a integrar a gama de parceiros que apoiaram a execução da empreitada — assunto que será explorado em profundidade nesta publicação.

Esse envolvimento prévio dos atores foi fundamental para consolidar uma proposta robusta e consistente, demonstrando que a escolha de Belém não foi fruto de uma decisão espontânea, mas o resultado de um processo cuidadoso de preparação e mobilização institucional, como apresentado na linha do tempo a seguir.

¹ GRULAC ou Grupo de Países da América Latina e Caribe é um dos cinco grupos regionais da Organização das Nações Unidas composto por 33 países-membros, que representam cerca de 17% de todos os signatários da ONU



Início do mandato do Governador Helder Barbalho (MDB), inaugurando um ciclo de maior envolvimento com a agenda ambiental no estado.

2019

2020



Início do projeto de modernização e transformação digital da Secretaria de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade (SEMAS-PA), ativo até o momento.



Reeleição do Governador Helder Barbalho (MDB) e elaboração da proposta de sede da COP30.

2022

Março

2023



Governo do Pará solicita apoio da Comunitas para preparar o Estado para receber a COP30 e iniciam-se os trabalhos de planejamento interno para modelar a atuação.



Apoio à candidatura de Belém entre o Grupo de Estados Latino-americanos e Caribenhos (GRULAC).

Maio

2023

Agosto

2023



Comunitas

Início do trabalho da Comunitas, com a parceria técnica da Accenture, em apoio ao Estado do Pará para estruturação de um Escritório de Gestão de Projetos (EGP) da COP30.



Confirmação oficial, pela UNFCCC, do Brasil e, consequentemente, de Belém/PA, como sede da COP30, em novembro de 2025.

Dezembro

2023



Governo Federal cria a Secretaria Extraordinária para a COP30 (SECOF).

Dezembro

2023



Governo do Pará solicita novos apoios para a COP30 que passam a ser planejados e modelados pela Comunitas nos meses que se seguem.

Março

2024

Junho

2024



Início do apoio da Comunitas em soluções prioritárias de hospedagem e do espaço do evento, bem como apoio para desenvolvimento de *masterplan* para área oficial da COP30.

Junho

2025



Inauguração parcial do Parque da Cidade, conforme previsto, espaço que, em conjunto com o Hangar Centro de Convenções, sediou a COP30.

Julho

2025



Início da montagem da *Blue Zone*, área azul, território da ONU durante o evento e na qual acontecem as negociações internacionais do clima, no Parque da Cidade.

Agosto

2025



Início da montagem da *Green Zone*, área verde, território brasileiro no qual a sociedade civil e o setor privado são engajados, no Parque da Cidade.

6 e 7 de Novembro

2025



Cúpula dos Líderes

10 a 22 de Novembro

2025



Cop30



1.

O Governo do Estado do Pará e a governança da COP30

Mesmo antes da confirmação oficial de Belém como sede da COP30, no final de 2023, o governo do Estado do Pará já havia iniciado esforços para se antecipar ao desafio. Diante da magnitude da tarefa, o Estado estruturou-se internamente e desenvolveu as capacidades necessárias para realizar as intervenções urbanas e administrativas demandadas pelo evento. Criou-se um Comitê Estadual responsável pela condução das primeiras ações, com uma equipe dedicada exclusivamente ao tema. A ideia era estruturar a resposta institucional para que, uma vez confirmada a escolha da cidade, houvesse condições de avançar de forma ágil. O governo estadual foi pioneiro nessa organização, alçando-se como protagonista na articulação das primeiras parcerias e apoios técnicos necessários à execução do projeto.

A atuação do governo estadual foi orientada por experiências acumuladas em edições anteriores da COP e por grandes eventos internacionais. Um dos principais referenciais utilizados foi o documento *How to COP*, elaborado pela UNFCCC. O guia reúne diretrizes operacionais, técnicas e logísticas, com base em padrões consolidados em temas como infraestrutura, segurança, mobilidade, acessibilidade, hospitalidade e sustentabilidade.

Box 1

O que é “How to COP” ?

O guia *How to COP* é um documento desenvolvido pelo secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), destinado a orientar países que desejem sediar uma Conferência das Partes (COP) da ONU, descrevendo de forma didática como planejar, organizar e executar com sucesso o evento, incluindo aspectos legais, logísticos, técnicos, financeiros e protocolares.

Neste guia há, por exemplo, o detalhamento das instalações recomendadas para os centros de conferência, espaços dedicados e infraestrutura técnica, bem como diretrizes para a disponibilização de acomodações, transporte e serviços básicos.



No que se refere à governança para execução da COP30, estruturou-se um arranjo envolvendo atores estatais e parceiros privados em sua composição, cujas competências e atividades são detalhadas abaixo:



Nível Federal

A esfera federal foi responsável pela coordenação internacional e pelo aporte de grandes investimentos para o evento. Esse processo foi liderado pela Secretaria Extraordinária da COP (SECOP) e pelo Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores - MRE), que conduziram as tratativas formais com a Organização das Nações Unidas. Além disso, o governo federal articulou o apoio de parceiros financiadores nacionais, como o BNDES, a Itaipu Binacional e a Caixa Econômica Federal, garantindo os recursos e a articulação internacional para a execução da Conferência.



Nível Estadual

O nível estadual, liderado pelo Governo do Pará, foi o responsável direto pela coordenação local e pela gestão do projeto. A governança estadual foi estruturada por meio da criação do Comitê Gestor Estadual da COP30, institucionalizado por decreto e presidido pela vice-governadora Hana Ghassan Tuma.

Esse comitê contou com o Núcleo COP, unidade de coordenação executiva composta por Brenda Maradei, Cláudia Valente e Ivaldo Ledo, além de uma equipe de apoio formada por gerentes, assessores e profissionais administrativos. Participaram também diversas secretarias e órgãos estaduais, como as áreas de Meio Ambiente, Turismo, Cultura, Planejamento, Comunicação, Segurança Pública, Saúde, Infraestrutura, Mobilidade, entre outras.

Coube ao governo estadual planejar, coordenar e executar as ações e obras locais, articulando os diferentes atores técnicos e institucionais envolvidos.



Nível Municipal

A Prefeitura de Belém foi responsável pela execução de algumas obras e pela oferta dos serviços urbanos locais necessários à realização da COP30. A atuação do município tornou-se mais ativa a partir de 2025, após o período eleitoral, passando a integrar de forma mais estruturada a governança do evento.

1.1 Apoio técnico articulado pela Comunitas

A Comunitas, parceira de longa data do Governo do Pará em iniciativas de fortalecimento da gestão pública, foi convidada a integrar a governança da COP30 para apoiar tecnicamente o Estado na estruturação do projeto. Sua atuação concentrou-se na organização e planejamento das principais ações, contribuindo para a criação do modelo de governança e para a estruturação do Escritório de Gestão de Projetos (EGP) da COP30, além de apoiar a realização de diagnósticos sobre os desafios prioritários da cidade de Belém como sede do evento.

Para isso, a Comunitas contou com o apoio de parceiros técnicos especializados contratados para atuar em frentes específicas:

- **Accenture**, responsável pela criação e operação do Escritório Geral de Projetos da COP30, instrumento fundamental para a coordenação e o monitoramento das entregas;
- **FGV Projetos**, que realizou um diagnóstico das necessidades prioritárias da cidade e desenvolveu soluções para hospedagem e para os requisitos do espaço-sede do evento;
- **Ciclo Arquitetura e Engenharia**, que apoiou a elaboração do masterplan e os estudos de infraestrutura para as zonas onde ocorreram as atividades da COP30.

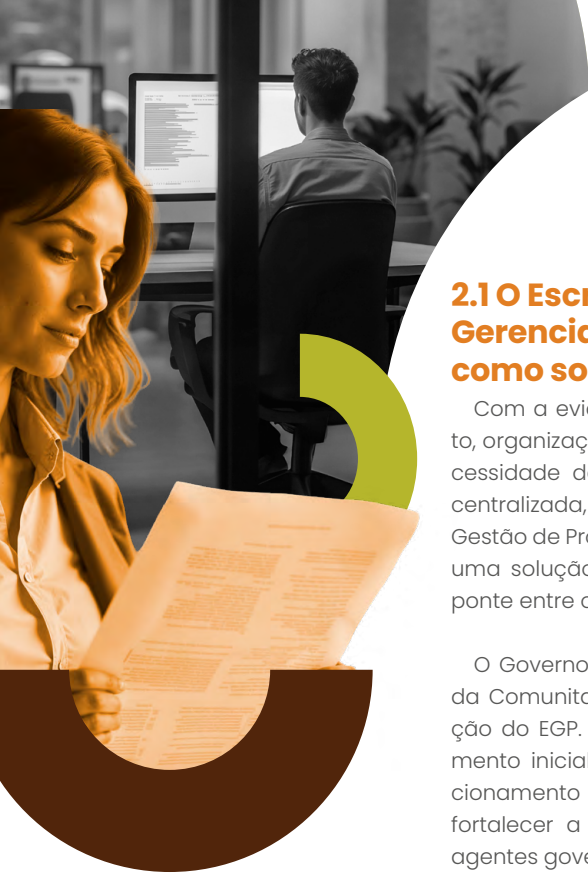
A atuação da Comunitas restringiu-se ao suporte técnico e estratégico à gestão, não recaindo sobre a organização qualquer responsabilidade pela execução de obras ou pela gestão dos investimentos realizados pelo Governo do Estado, bem como a realização do evento em novembro de 2025, que ficou a cargo da Organização das Nações Unidas, por meio da UNFCCC.



2.

Da gestão à entrega: a preparação para a COP30





2.1 O Escritório de Gerenciamento de Projetos como solução em gestão

Com a evidente demanda de planejamento, organização e execução da COP30 e a necessidade da consolidação de uma gestão centralizada, a estruturação do Escritório de Gestão de Projetos (EGP) se estabeleceu como uma solução gerencial que funcionou como ponte entre os campos técnico e político.

O Governo do Pará contou com a parceria da Comunitas na concepção e implementação do EGP. Esse apoio abrangeu o planejamento inicial e o acompanhamento do funcionamento do escritório, com o objetivo de fortalecer a coordenação entre os diversos agentes governamentais e privados, garantindo que as ações priorizadas pelo Estado estivessem alinhadas às recomendações da ONU e fossem executadas com qualidade, dentro dos prazos e com o compromisso de transformar a COP30 em um marco para Belém, para o Pará e para o Brasil.

A construção de uma matriz de responsabilidades também desempenhou uma função central nesse arranjo. Ao delimitar as atribuições entre os diferentes entes envolvidos — estadual, federal e municipal — esse instrumento permitiu organizar o processo em torno de um plano de ação coordenado, além de oferecer maior clareza aos demais *stakeholders* quanto aos papéis, fluxos e instâncias de decisão.



Box 2

O que é uma matriz de responsabilidades?

A matriz de responsabilidades é uma ferramenta de gestão que organiza e distribui as funções de cada ator envolvido em um projeto. A sigla RACI representa quatro categorias principais:

R **Responsável**, quem executa a atividade;

A **Aprovador**, quem toma decisões e valida os resultados;

C **Consultado**, quem oferece informações relevantes;

i **Informado**, quem deve ser mantido atualizado sobre o andamento das ações.

Ao definir com clareza esses papéis, a matriz contribui para evitar sobreposições, lacunas de execução e conflitos de atribuição, promovendo maior coordenação entre os envolvidos.

Desta forma, a criação do Escritório se torna um importante ponto de encontro — físico e gerencial — voltado à visualização do portfólio de projetos, à priorização de ações e à coordenação das operações necessárias entre os diferentes órgãos, esferas públicas e parceiros. A parceira definida pela Comunitas para realizar o planejamento e gerir as operações do EGP foi a Accenture, com expertise de atuação para grandes empresas, governos e outras organizações. Ela apoiou a otimização das operações, estimulando a implementação de ferramentas digitais para controle de projetos, que possibilitaram um processo mais ágil e eficiente.



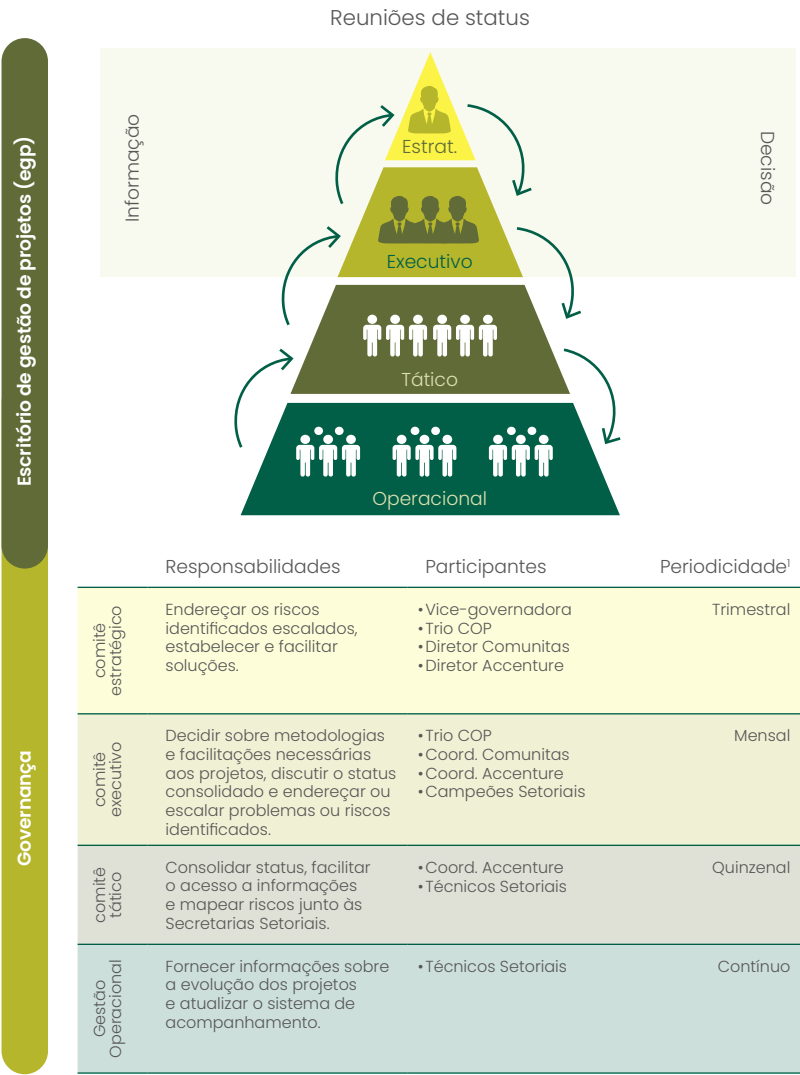
Com a liderança do Governo e apoio da Comunitas, a consultoria atuou tanto no mapeamento dos requisitos da COP, fundamentado em documentos oficiais e na experiência de edições anteriores, quanto no suporte ao governo estadual para a priorização dos 65 projetos identificados². Tais iniciativas abrangem desde a infraestrutura temporária do evento até obras públicas definitivas, como os Parques Lineares da Tamandaré e Nova Doca, cujo legado transcende a conferência.

Assim, a COP30 consolidou-se como uma janela de oportunidade política e orçamentária para efetivar intervenções que beneficiaram a Região Metropolitana de Belém e impulsionaram a economia estadual, com ênfase no turismo e na bioeconomia.

A governança do EGP, um modelo de rápida comunicação entre o núcleo de decisão e os níveis operacionais para manter as informações atualizadas e promover trocas ágeis entre os diferentes níveis durante a organização da COP30, pode ser entendida a seguir.

² O número de projetos foi atualizado constantemente e variou de acordo com novas negociações e avanços nas esferas políticas, orçamentárias e de execução de projeto.

Imagem 1: Modelo de Governança do EGP



Notas: [1] Periodicidade proposta para a fase inicial da operação do EGP. Pode ter sido alterada durante a execução do projeto.

Enquanto processo metodológico, o Escritório foi responsável por construir uma Metodologia de Priorização dos Projetos que consistiu na avaliação e estabelecimento de critérios, possibilitando que a ordem de cada ação e sua respectiva execução fossem estabelecidas, algo fundamental num contexto de cronograma enxuto e demandas advindas de diversas áreas.

Dito isso, a priorização foi realizada por uma análise multicritério de oito atributos, consolidados em três eixos:

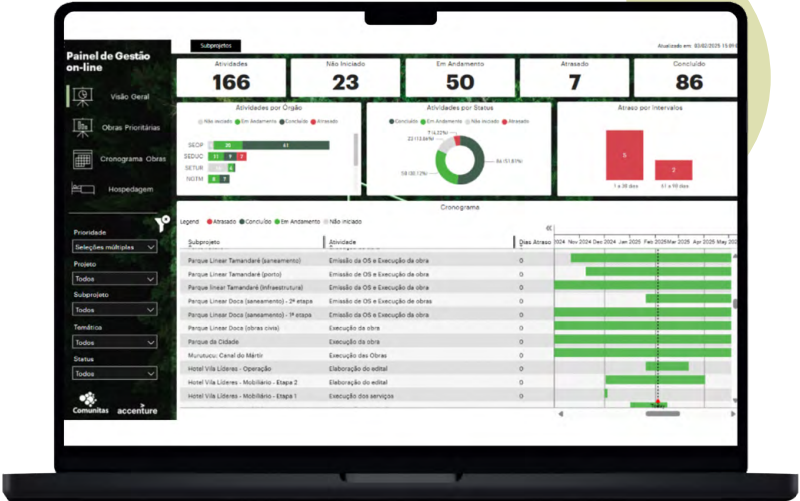
- 1. Criticidade:** definida pelo critério único de relevância, que mensurou o nível de dependência da iniciativa para a realização da COP30;

- 2. Valor:** composto por abrangência, alinhamento estratégico e imagem institucional;

- 3. Viabilidade:** estruturada a partir das variáveis de prazo, custos e recursos, complexidade técnica, e requisitos legais.

O modelo de governança estabelecido e a metodologia de priorização garantiram a formação de uma equipe dedicada ao acompanhamento dos projetos estratégicos, incluindo obras. No centro dessa estratégia, o Power BI foi adotado como ferramenta principal para visualização e transparência. Ao transformar as informações inseridas pelo corpo técnico em painéis interativos, a ferramenta permitiu o monitoramento físico-financeiro, o controle de cronogramas, o status das etapas e os indicadores de risco por temática. Esses painéis possibilitaram a visualização detalhada do progresso e a identificação de pontos críticos, servindo de suporte fundamental à tomada de decisão estratégica pelas instâncias de governança.

Imagem 2: PowerBI para visualização de projetos



Fonte: Relatório de atividades EGP (Abr/25). Comunitas.

Os representantes do Núcleo COP relataram que, no início, foi desafiador estabelecer rotinas, adaptar a estrutura governamental à metodologia do escritório e priorizar a COP sem prejudicar o andamento das demais entregas da gestão. Mas, com o tempo, essas práticas passaram a fazer parte da rotina. Ficou claro, também, que o engajamento da alta liderança é indispensável para assegurar a fluidez necessária ao cumprimento do cronograma.





O escritório de projetos foi essencial, tanto que uma das minhas preocupações iniciais, ainda em 2023, foi estruturar o escritório. Sabemos dos riscos envolvendo obras tão grandiosas, e por isso foi preciso este acompanhamento rigoroso para assegurar a aderência aos cronogramas, especialmente quando enfrentamos prazos enxutos em relação ao tamanho dos investimentos.

Hana Ghassan Tuma,
Vice-Governadora do Pará

Segundo o Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Adler Silveira, a adoção da metodologia do Escritório de Gestão de Projetos foi um elemento-chave da estratégia governamental ao fortalecer a capacidade técnica da secretaria. O secretário enfatiza que a entrega de projetos de qualidade, amparados por uma matriz de riscos precisa e equipes capacitadas, foi determinante para a viabilidade das ações e consolidação da confiança entre os diversos atores envolvidos.

De forma geral, a solução de gestão implementada através do EGP se mostrou muito eficiente. Ele estabeleceu um padrão de transparência onde o progresso das ações e a articulação entre os atores foram orquestrados em tempo real, mantendo o foco na entrega de soluções satisfatórias alinhadas ao tamanho do desafio.



O Estado do Pará não tinha um escritório de projetos formalizado. Então, esse foi o primeiro caso no qual o Estado do Pará trabalhou com um escritório de projetos, com projetos de diferentes áreas. Tivemos projeto de mobilidade, conectividade, turismo, construção de hotel, ponte, terminal hidroviário, parque linear, além de todo esse conhecimento de fluxo de trabalho.

Brenda Maradei, Representante do Núcleo COP30, Governo do Pará



2.2 Preparando o espaço da COP30 em Belém: obras, Green Zone e Blue Zone

Um dos aspectos mais importantes das transformações que aconteceram em Belém para a COP30 foi o conjunto de dezenas de obras realizadas na cidade. O escritório de projetos foi uma engrenagem essencial no monitoramento dessas frentes, que representam um dos principais legados do evento. De obras estruturais a espaços totalmente dedicados às reuniões, a cidade viveu um ritmo acelerado de intervenções, as quais exigiram articulação entre órgãos governamentais e planejamento integrado. O próprio complexo que abrigou os pavilhões da COP é fruto desse esforço de execução em tempo recorde, simbolizando a capacidade de entrega do Estado.



O objetivo foi a melhoria da infraestrutura urbana e qualidade de vida da população, com destaque para as obras de mobilidade urbana na poligonal estratégica — área que compreendeu o perímetro do evento e as vias, viadutos e avenidas essenciais para o fluxo de participantes.



As intervenções, no entanto, não se limitaram a esse eixo da poligonal. De acordo com o governo estadual, cerca de 70% dos investimentos em infraestrutura foram destinados às obras de macrodrenagem e saneamento, beneficiando diretamente 500 mil pessoas em 17 bairros de Belém.



As Conferências das Partes são, de forma simplificada, um conjunto de reuniões feitas entre representantes de governo de 198 partes conta com a União Européia, voltado à implementação de acordos, discussão de compromissos e apresentação de resultados. Ao longo de duas semanas de sessões simultâneas, as delegações buscam pactuar decisões e novos marcos globais em relação ao combate das mudanças climáticas.

O centro dessas negociações ocorre na *Blue Zone* (Zona Azul), área sob a domínio da UNFCCC e de acesso restrito. Em paralelo, a *Green Zone* (Zona Verde) funciona como um ecossistema de diálogo entre a sociedade civil, o setor privado e líderes globais, fomentando a inovação e o intercâmbio de experiências sob a gestão da Presidência da COP, representada pelo governo brasileiro.

Enquanto a configuração da *Green Zone* pode variar de acordo com o planejamento do país-sede, a montagem dos cerca de 200 mil metros quadrados da *Blue Zone* segue rigorosos padrões detalhados no guia "*How to COP*". Por isso, o planejamento da área exigiu também um alinhamento constante com a UNFCCC, adicionando complexidade à governança do projeto. Nesse contexto, a Ciclo Arquitetura recebeu a missão de sistematizar as diretrizes técnicas do manual para dar forma aos pavilhões da COP no Parque da Cidade, resultando no *masterplan* que definiu a ocupação das zonas da COP30.

Box 3

O que é um *masterplan*?

O desenvolvimento de um *masterplan* foi uma etapa fundamental para orientar, de forma integrada, as intervenções estruturais necessárias à realização da COP30. Trata-se de um plano diretor técnico, ordenando a implantação do complexo sob múltiplas dimensões: uso do solo, acessos de pedestres e automóveis, mobilidade, infraestrutura, paisagem e segurança. Sua aplicação permite que diferentes disciplinas técnicas e projetos se articulem de maneira coerente com as exigências operacionais e com o tecido urbano e espacial existentes.

Além do *masterplan*, a Ciclo Arquitetura foi responsável pela elaboração do projeto básico da *Blue Zone* e *Green Zone*, que compreendeu o zoneamento, coberturas, paginação de pisos e detalhamentos de cenografia em 3D, contemplando fachadas, salas de reunião, totens e áreas de apoio. Outra entrega central foi a emissão do pacote de projetos básicos de cenografia, abrangendo desde os espaços principais até ambientações complementares, combinando identidade visual e funcionalidade. O escopo abrangeu, ainda, as instalações complementares, como sistemas de climatização, energia, hidráulica, esgoto e combate a incêndio, fornecendo a base para a infraestrutura operacional e de segurança exigida pela UNFCCC.

Na *Blue Zone*, por exemplo, havia o requerimento mínimo de duas salas de plenária com capacidade para aproximadamente 1.600 pessoas, configuradas de acordo com o protocolo da Organização das Nações Unidas. No mais, são recomendadas pelo menos 30 salas de reunião com configurações diversificadas. Sendo assim, a solução encontrada para atender às necessidades específicas do espaço da conferência foi a aposta em estruturas temporárias que pudessem ser montadas de forma ágil, remodeladas e requalificadas após o evento. A prática é, inclusive, encorajada no guia *"How to COP"* como uma alternativa sustentável para a recepção de grandes estruturas.

Se, por um lado, a instalação das salas de plenárias e reuniões não seria permanente, por outro lado, obras como os Hotéis Vila COP e Vila Galé; a modernização do centro de convenções Hangar; a reforma do Terminal Portuário do Outeiro; as obras de macrodrenagem como os canais da Gentil, Cipriano Santos, Leal Martins, Vileta e Timbó; além dos parques Lineares da Doca e Tamandaré e o próprio Parque da Cidade são intervenções definitivas e com impacto positivo duradouro para os paraenses. O Hotel Vila COP, que abrigou os Chefes de Estado durante o período da COP30, agora passará pelas adequações necessárias para abrigar um novo Centro Administrativo do Governo do Estado do Pará.

Fonte: Agência Pará, foto de Marcelo Souza.



Box 4

Parque da Cidade

Antes da pretensão de sediar a COP30, o Parque da Cidade foi projetado para ser um parque urbano em uma grande área de Belém, antigamente ocupada pelo aeroporto Brigadeiro Protásio, no bairro da Sacramenta. Em razão da sede da COP30, as obras do Parque foram replanejadas e adaptadas para comportar o evento.

A área destinada à *Green Zone* teve sua obra entregue em junho de 2025, momento em que o Parque foi aberto à população. Em agosto de 2025, essa zona foi fechada novamente para receber os preparativos do evento. A segunda parte do terreno, que compreende a *Blue Zone*, foi preparada para receber as tradicionais estruturas temporárias de grandes eventos, com montagem iniciada em julho de 2025. Com o encerramento da COP, as obras do Parque serão retomadas para entrega da área total à população.

Apesar da inauguração recente, a cessão do terreno foi fruto de tratativas complexas, iniciadas antes mesmo da oficialização da candidatura de Belém. Com a confirmação da capital paraense como sede da COP30, o Governo do Estado ratificou a indicação da área para abrigar o evento. A partir desse momento, a Secretaria de Cultura realizou uma consulta pública para definir o projeto conceitual e os equipamentos que deveriam compor o espaço, garantindo que ele dialogasse com os desejos e necessidades da população. As obras começaram ainda em 2023, e o Parque da Cidade passou a ser tratado como um marco para a município.

O Parque já recebeu mais de 670 mil visitantes apenas nos primeiros meses após a abertura parcial ao público e contou com colônia de férias, atividades esportivas, contação de histórias, oficinas culturais e ações de bem-estar.

Imagem 3: Parque da Cidade inaugurado em Belém



Fonte: Agência Pará, foto de Raphael Luz.

2.3 Entre chefes de Estado e sociedade civil: soluções em hospedagem

A estrutura para hospedagens foi um dos grandes desafios enfrentados pela equipe responsável pela preparação da COP30 em Belém, com grande destaque na mídia nacional e internacional. Inicialmente, a ausência de um inventário hoteleiro robusto limitava o planejamento a meras estimativas, dificultando a estruturação logística para o fluxo de 50 mil participantes esperados.

Diante disso, uma das primeiras iniciativas, conduzida pela Secretaria Estadual de Turismo e apoiada pela Comunidade através do trabalho da FGV Projetos, foi a realização de um mapeamento dos leitos disponíveis e as suas condições. Esse levantamento se deu por diversas frentes e tipos de hospedagem, como: comparação com hospedagens em COPs anteriores, análise sobre o cálculo de ocupação de leitos, busca por imóveis de alto padrão que estariam disponíveis para locação; um mapa de marinas, embarcações e portos disponíveis para atracação de navios-hotéis; apoio no planejamento para contratação de navios de cruzeiro, pesquisa sobre padrão e número de imóveis cadastrados em imobiliárias e corretores de imóveis; promoção e acompanhamento da evolução da oferta de imóveis em plataformas online (Airbnb e Booking); além de um inventário detalha-





do da rede hoteleira e da qualificação de suas acomodações, que permitiu o ranqueamento dos estabelecimentos em cinco categorias (de A a E), fundamentado na infraestrutura e nos níveis de comodidade ofertados.

A partir desse detalhado mapeamento, tornou-se possível organizar as estratégias de atendimento a diferentes perfis de participantes, além de identificar necessidades de melhorias na qualidade e quantidade da oferta de hospedagem.

A FGV Projetos já possuía um histórico de colaboração com o Governo do Estado, tendo contribuído com um diagnóstico abrangente sobre diversos fatores que mereceram atenção para a preparação de Belém como sede do evento.

A partir da análise histórica de edições anteriores, identificou-se que o público de 50 mil pessoas não ocuparia a cidade simultaneamente, visto que a permanência varia conforme a agenda temática. Somada a essa observação, a análise dos cronogramas das COPs passadas permitiu uma percepção essencial para o planejamento logístico: o impacto da Cúpula de Chefes de Estado³. Como este evento solene de dois dias concentra o maior volume de autoridades e ocorre tradicionalmente no início da programação, tornou-se possível planejar o fluxo de leitos de modo a diluir a pressão sobre a rede hoteleira e a oferta de serviços em Belém ao longo das semanas subsequentes.

Mesmo atentando-se para a rotatividade dos leitos e a qualificação das acomodações, a ampliação da oferta de vagas de hospedagem tornou-se elemento central do projeto. Nesse sentido, múltiplas estratégias foram empreendidas:

- **Navios-cruzeiro atracados próximo a Belém**, no Porto de Outeiro, com base em um plano de atração de rotas de cruzeiro e de concepção específica para atracação e operação dessas embarcações;

³ Encontro de alto nível que costuma marcar o início da conferência, reunindo presidentes, monarcas e primeiros-ministros para formalizar compromissos políticos e dar diretrizes estratégicas às negociações técnicas que se seguem.

- **Parcerias com plataformas digitais de hospedagem, como Airbnb e Booking.com**, que lançaram campanhas de incentivo à população local para cadastrar imóveis em regime de curta temporada. Foram produzidas cartilhas explicativas e realizadas ações de capacitação com corretores e imobiliárias, em parceria com a Associação Brasileira de Locação por Temporada (ABLT). Como resultado, até novembro de 2025 haviam sido cadastrados mais de 45 mil quartos;
- **Mobilização de imobiliárias por meio de orientações técnicas e materiais informativos**, que ajudaram a formalizar contratos, ampliar a oferta de imóveis e diversificar faixas de preço, garantindo maior acessibilidade e segurança nas locações temporárias;
- **Negociações com a rede hoteleira convencional**, tanto para estimular a modernização quanto para acompanhar a criação de novos leitos e oferta de quartos subsidiados. Esse diálogo também envolveu estudos de expansão de capacidade e reforma de estruturas já existentes;
- **Diálogo com a rede de moteleria**, buscando mapear o número de leitos disponíveis, suas condições e a capacidade de adaptação desses locais para hospedagens durante a COP30;
- **Construção do Hotel Vila COP**, financiado por convênio com a Itaipu Binacional. A execução incluiu a concepção do projeto em local estratégico próximo ao Parque da Cidade e dentro de área altamente policiada no perímetro da sede do governo. O trabalho acompanhou a publicação de editais de obra, gestão logística, aquisição de mobiliário e operação de leitos, assegurando suas entregas em tempo hábil. O projeto ainda contou com apoio da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) que estruturou o suporte de apenados⁴

⁴ O termo refere-se a indivíduos ou entidades que foram sujeitos a uma penalidade ou condenação, seja por uma decisão judicial ou uma punição administrativa, como a proibição de participar de licitações e contratos com o poder público.

na montagem do mobiliário. Os prédios que compõem o Hotel Vila COP foram construídos em formato modular e, após o fim do evento, serão revertidos em escritórios para abrigar as Secretarias e Órgãos estaduais que atualmente locam espaços físicos para suas operações, gerando assim uma economia de longo prazo para o estado.

- **Adaptação de escolas da rede pública para funcionarem como dormitórios e alojamentos temporários**, voltados especialmente a representantes da sociedade civil. Foram selecionadas 3 unidades escolares, com detalhamento de custos, plano de mobiliário e obras de adequação. Também foram conduzidos estudos para definição do formato de operacionalização desses leitos e acompanhamento da publicação do edital de operação.

- **Leitos em instituições religiosas**, com a utilização de Casas de Retiro com espaços previamente estruturados para acomodação e que demandaram poucas intervenções.

No âmbito das soluções de hospedagem, a Matriz de Responsabilidades, instrumento de gestão destacado anteriormente, foi determinante para a coordenação dos entes federativos em frentes de atuação distintas e complementares.

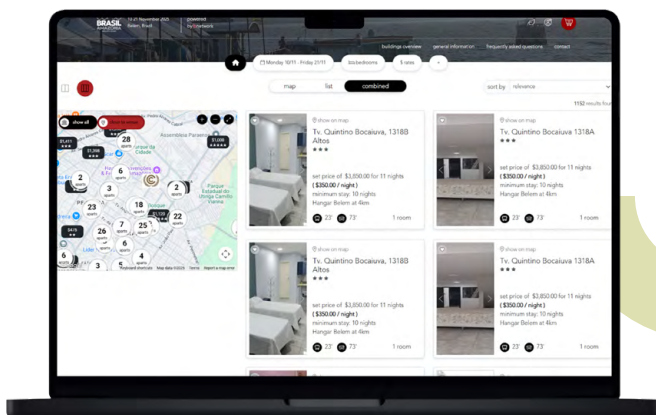
O município de Belém contribuiu com ajustes regulatórios, como a alteração temporária de regulações fiscais sobre motéis para operarem como hotelaria, aumentando, portanto, a quantidade de alojamentos. Já a União atuou na contratação dos cruzeiros, preparação do Porto de Outeiro e tratativas para viabilização de plataforma centralizada de reservas de hospedagem, enquanto o Estado consolidou parcerias com plataformas virtuais, impulsionou a locação por curta temporada, monitorou a oferta de leitos e articulou com a rede hoteleira local.

Um dos principais canais para suprir essa demanda foi a contratação e lançamento da plataforma COP30 BNetwork (cop30.bnetwork.com - desativada com o final do evento) feita pelo Governo Federal, que reuniu opções

diversas de hospedagem — hotéis, motéis, casas por temporada, apartamentos e residências privadas. Já os leitos dos navios, por questões contratuais, foram ofertados via Qualitours (<https://cop30.qualitours.com.br/>).

Essas ferramentas procuraram propiciar segurança e transparência para delegações e participantes, com especial atenção aos visitantes internacionais.

Imagem 4: Página Inicial da plataforma COP30 BNetwork



Fonte: Plataforma COP30 Bnetwork (ago/2025).

Como forma de reforçar o legado da COP ao território, algumas das escolas adaptadas como unidades de hospedagem passaram por reformas e ações de zeladoria para garantir melhores condições para a comunidade escolar e para os hóspedes durante o evento.

Por fim, um dos pontos sensíveis identificados desde o início foi o risco de elevação dos preços de hospedagem diante do aumento da deman-



da durante a COP30. Embora esse movimento seja recorrente em cidades que sediam grandes eventos internacionais, em Belém a questão ganhou relevância adicional: no início do projeto, a oferta de leitos era significativamente inferior à necessidade estimada, o que intensificou a pressão sobre o mercado e elevou os preços além do patamar inicialmente esperado.

O Governo do Pará e o Governo Federal, em articulação com entidades do setor, buscaram mitigar esse efeito por meio de negociações com a rede hoteleira convencional. O governo estadual conseguiu firmar um Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – Seção Pará (ABIH/PA) para garantir que parte das acomodações reservadas fossem ofertadas com preços entre U\$100 e U\$300 — valores que estão dentro do padrão esperado para as COPs.

Outra medida fundamental para apoiar o desafio da hospedagem foi o estímulo à diversificação de opções para todos os públicos da conferência. Conforme descrito, a estruturação de soluções variadas, como a ampliação da oferta por meio da locação de curta temporada, o uso de escolas, navios e novos empreendimentos, somada à parcerias com plataformas digitais e imobiliárias, contribuíram para criar alternativas adaptadas às diferentes necessidades e perfis dos participantes.

2.4 Pará no roteiro internacional: turismo e cultura na COP30

Mais do que um evento diplomático para as negociações climáticas, esta foi a primeira Conferência das Partes realizada em solo amazônico — fato que, por si só, carrega uma importância ímpar no cenário global.

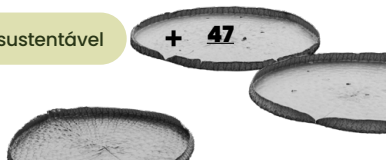
A floresta amazônica representa o maior bioma tropical do planeta, cobrindo grande parte da América do Sul. São 7 milhões de quilôme-



Imagem 5: Infográfico de Geolocalização: Floresta Amazônica Global - América do Sul - Brasil - Região Norte Brasileira - Estado do Pará - Município de Belém.



Pela primeira vez, os participantes do evento pautaram direcionamentos para acordos globais sobre os temas climáticos imersos no bioma amazônico brasileiro. A possibilidade de aliar a imersão cultural em paralelo às discussões do aspecto ambiental foi, portanto, uma das grandes potencialidades da COP30 em Belém. Por isso, a Secretaria de Cultura (SECULT) as-





Fonte: Parque da Cidade, em Belém, foi fechado ao público em agosto de 2025 para a montagem de estruturas da COP30. Agência Pará, foto de Bruno Cecim.

sumiu papel central na articulação da organização e preparação para o evento. A idealização do Parque da Cidade esteve sob a responsabilidade da SECULT, e outros espaços, como o Museu das Onze Janelas e o anfiteatro flutuante, estiveram à disposição das atividades paralelas ao evento oficial com o intuito de oferecer experiências culturais de qualidade aos visitantes.



A COP30 inaugurou um ciclo de investimentos e de valorização local que ultrapassaram a dimensão do próprio evento. Foram muitos desdobramentos positivos que a sociedade civil e a gestão pública desfrutarão ao longo dos próximos meses, anos e décadas. A oportunidade de crescimento econômico e social são evidentes e se tornaram um marco histórico para a região.

Bruno Chagas, Secretário Adjunto de Cultura do Estado do Pará

Visando abarcar a diversidade cultural amazônica em sua totalidade, foi formalizado um grupo de trabalho estratégico, integrado pelos secretários de cultura da Amazônia Legal, reunidos para discutir diretrizes conjuntas para as programações culturais. Assim, espaços como o complexo do Porto Futuro, com cinco galpões nas Estações das Docas, também foram inaugurados com ações voltadas à culinária, à bioeconomia e à cultura amazônica — reforçando o caráter estratégico da cultura na COP. Os galpões passaram a abrigar: o Museu das Amazo-



Fonte: Museu das Amazonas. Harpesbazaar/UOL, foto de Manuel Sá.

ônias, que contou com uma grande exposição do fotógrafo Sebastião Salgado em sua abertura; a Caixa Econômica Cultural, a primeira da Região Norte; e o Pavilhão da Gastronomia, com a proposta de ofertar pratos da gastronomia regional para consumo rápido, conceito que não concorreu com a Estação das Docas, espaço turístico de restaurantes já consolidado na região.



Fonte: Pavilhão Pará. Agência Pará, foto de Pedro Guerreiro.

Ainda no âmbito cultural, houve um forte destaque do engajamento da cena cultural local e a demanda de artistas por reconhecimento e protagonismo nesse processo. Por ser um evento diplomático, a COP30 exigiu que o Estado planejasse não apenas as negociações oficiais, mas também as experiências que os participantes teriam em seus momentos livres. Tornou-se uma oportunidade estratégica para valorizar a história e a identidade amazônica, garantindo que as delegações conhecessem de perto a riqueza cultural da região.



A percepção que tivemos foi extremamente positiva. Existiu um entusiasmo genuíno da população, que se reconheceu como parte do processo e celebrou o protagonismo inédito que o Pará e a Amazônia passaram a exercer no debate climático global. Há, inclusive, um certo ufanismo — no melhor sentido — de ter visto a floresta e seus povos no centro da discussão mundial, algo que historicamente sempre foi tratado à distância, fora da nossa realidade geográfica, política e sociocultural, além do otimismo com a possibilidade de geração de renda e emprego, no estado, a partir da realização da Conferência.

Vera Oliveira, Secretária de Comunicação do Estado do Pará

Mais do que espectadores, os paraenses posicionaram-se como anfitriões e atores ativos dessa construção, juntamente com a gestão pública. Esse engajamento refletiu-se nas adaptações de moradias, hotéis e pousadas que se reestruturaram para receber os turistas nacionais e estrangeiros. Por exemplo, as modernizações via *retrofit*, que valorizaram a infraestrutura já existente, além de novos empreendimentos como o Hotel Vila COP e o Vila Galé — este último, um exemplo de aproveitamento de prédio público com incentivo privado para ampliação da capacidade hoteleira.

O setor do turismo permeia toda a jornada do participante: do desembarque às acomodações, passando pela mobilidade, gastronomia e vivências culturais (materiais e imateriais). Para sustentar essa cadeia, a

SETUR implementou o programa Capacita COP30⁵, focado na certificação de profissionais para os setores de Hospitalidade, Lazer e Infraestrutura. A iniciativa capacitou aproximadamente 25 mil pessoas para atender melhor os turistas no estado. Complementarmente, o portal oficial *Visit Pará* (<https://www.visitpara.com.br>) foi modernizado, consolidando-se como a principal plataforma de informações turísticas que orientou o público durante a estadia na cidade. Durante a COP30, o *Visit Pará* teve mais de 500 mil acessos, fato representativo da alta demanda pelos atrativos turísticos e culturais de Belém e da Amazônia a partir da Conferência.



Fonte: Agência Pará,
foto de Bruno Cruz.



O site mapeou experiências para os turistas relacionadas à vivência amazônica. Os turistas não ficaram somente na cidade. Puderam ir ao Marajó, a Alter do Chão, a outras vivências da floresta. Trataram-se de projetos que eram pensados, mas ainda estavam no papel. Com a COP30, eles puderam ser impulsionados.

⁵ Programa Capacita COP30. Site do Programa. Disponível em: <https://capacitacop30.pa.gov.br/>

Lucas Torres, Secretário Adjunto de Turismo do Estado do Pará

A COP deixou um legado histórico para o turismo de Belém. De acordo com a vice-governadora Hana Ghassan, ao longo de 2023, os hotéis registraram uma taxa média de ocupação de 60% durante a semana, porém os níveis não se mantinham durante o final de semana, visto que o turismo era oriundo principalmente de negócios pontuais. Com a realização do evento, muitas empresas e instituições do terceiro setor (nacionais e internacionais) passaram a permanecer na região durante os finais de semana.

Diante dessa complexa rede de interações, Belém converteu-se em um vibrante palco internacional, onde as negociações coexistiram com as manifestações populares, artísticas e culturais da região. A Amazônia, no centro do debate climático, reforçou a sua importância no cenário global. Mais do que um fórum de decisões, a COP30 proporcionou uma nova percepção sobre o território, influenciando diretamente as articulações políticas e ambientais, e consagrando-se como um marco histórico de reconhecimento e transformação para o estado.



Em uma dimensão global, a gente tinha o desejo de que o mundo conhecesse a realidade da Amazônia, e que todos pudessem participar de soluções concretas para essa grande transição climática, que realmente beneficia a todos e que, mais que um legado, seja a garantia de um futuro para a nossa espécie e todo o planeta.

Hana Ghassan Tuma, Vice-Governadora do Estado do Pará

3.

Legados, aprendizados e expectativas



Das incertezas iniciais à inauguração do Parque da Cidade, esta publicação demonstrou que o *momentum* desencadeado pela realização da COP30 conferiu tração aos processos de aprimoramento da gestão, modernização da infraestrutura e profundas transformações sociais. Por isso, esta seção dedica-se a explorar os legados e aprendizados consolidados pelo evento, além de resgatar as expectativas que precederam sua realização.

De início, o próprio processo de candidatura para sediar a conferência no Brasil constituiu um legado fundamental. Ele não apenas projetou Belém e o Estado do Pará ao protagonismo na cena global, como também reafirmou a Amazônia como palco para a revisão de acordos climáticos e a definição de novas diretrizes mundiais sobre o financiamento climático.



A realização da COP em Belém deslocou o eixo das discussões para um território que vive os efeitos da crise climática cotidianamente, mas que também abriga soluções baseadas na floresta, no conhecimento tradicional e na inovação social. E é fundamental lembrar: essa floresta é habitada. Ela abriga milhões de pessoas — povos indígenas, quilombolas, comunidades

tradicionais, ribeirinhos e agricultores familiares — que há séculos mantêm modos de vida sustentáveis e são protagonistas na proteção dos ecossistemas.

Raul Protázio Romão, Secretário de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará.

Nesse sentido, a COP30 trouxe a perspectiva de territórios que são fundamentais para a conservação e regulação climática global, mas que historicamente recebem menos recursos para esse fim. Afinal, não há estratégia climática eficaz sem a participação efetiva dos povos da floresta, populações ribeirinhas e comunidades tradicionais. Portanto, a equidade e o compromisso com uma transição justa foram colocados no centro das discussões e dos compromissos concretos nesta COP.

Para a gestão pública nacional, estadual e municipal, todo o processo elevou o patamar das experiências administrativas e das interlocuções entre órgãos públicos, empresas, imprensa, terceiro setor e sociedade civil. As articulações necessárias para estruturar um evento deste porte foram viabilizadas pelas decisões assertivas do Governo do Estado do Pará ao compor uma equipe de gestores comprometidos com as ações no território. A consolidação do Escritório de Gestão de Projetos (EGP), com sua metodologia de governança e aplicação de boas práticas, tornou possível o acompanhamento do trabalho de forma integrada e constante. Além disso, o sentimento de pertencimento e orgulho de integrar essa construção foram destacados como aprendizados centrais, tanto por parceiros privados quanto pelos próprios gestores do Núcleo COP.





Cercar-se dos melhores profissionais e ter gestores que abraçaram de fato os projetos foi um diferencial que promoveu todo o resultado positivo ao trabalho de realização de um grande evento como foi a COP.

Brenda Maradei, representante do Núcleo COP30,
Governo do Pará



Um aprendizado significativo entre as partes envolvidas foi o ponto de encontro entre as esferas técnica e política, esta articulação que ganhou força e complexidade ao longo dos meses de preparação. A visão estratégica pautada em resultados tangíveis e na lógica de eficiência — comum ao setor privado — trouxe para a administração

pública uma dinâmica de planejamento e execução de projeto que muitas vezes difere do rito tradicional. Isso ocorre porque o papel do Estado demanda uma interlocução permanente com a sociedade civil sobre os impactos reais dos projetos propostos, sejam eles de iniciativa pública ou privada.

Dessa forma, encontrar o equilíbrio entre as necessidades e responsabilidades de cada agente, principalmente em relação à governança e à tomada de decisão, constituiu tanto o maior desafio quanto o mais relevante aprendizado deste processo.



O projeto contribuiu para o fortalecimento de capacidades institucionais no Estado, especialmente em aspectos como métodos de diagnóstico, governança e alinhamento técnico. O EGP se mostrou uma experiência relevante para a gestão pública, ao centralizar informações e apoiar a coordenação integrada das atividades relacionadas ao evento. A experiência aponta que o alinhamento técnico e o acompanhamento de resultados são elementos-chave para o bom funcionamento dessa ferramenta. Além disso, a realização da COP ampliou a visibilidade do Pará, evidenciando que o Brasil possui centros de relevância para além do eixo Rio-São Paulo, o que pôde reforçar a credibilidade da região amazônica e atrair investimentos.”

Thiago Milani, Diretor de Projetos e Relações Governamentais da Comunitas.

Para além do relevante legado subjetivo e das capacidades institucionais aprimoradas, a COP30 entregou ganhos materiais e de infraestrutura fundamentais para Belém e, por extensão, para o Estado do Pará. Tratou-se, portanto, de uma oportunidade de desenvolvimento urbano que ultrapassou a abrangência temporal e geográfica do evento. As intervenções foram projetadas para beneficiar o território como um todo, com o intuito de promover uma requalificação urbana estruturante, cujos efeitos se estendam e se consolidem no médio e longo prazo.

Sintetizamos, abaixo, alguns dos principais legados urbanos que a COP30 deixou para Belém, organizados em diferentes áreas:

Infraestrutura e Mobilidade



- Construção de seis viadutos, melhorando o tráfego de veículos e a mobilidade urbana;
- Aquisição de nova frota de ônibus com 300 veículos novos e conclusão do BRT, com mais 265 ônibus;
- Requalificação da BR e asfaltamento de vias em áreas periféricas;
- Obras de pavimentação e drenagem profunda em bairros como Jurunas e Mangueirão;
- Reforma completa do Aeroporto Internacional de Belém, tanto do terminal, quanto da pista e base militar;
- Revitalização de três terminais hidroviários: Icoaraci, Porto de Belém (Luiz Rebello Neto) e Outeiro, que contou com ampliação da capacidade para recepção de navios de cruzeiro;

Saneamento e Urbanização



- Obras de macrodrenagem (Tucunduba e Murutucu) e urbanização de canais (Gentil, Cipriano Santos, Leal Martins, Vileta, Timbó), reduzindo alagamentos e melhorando a qualidade de vida da população local;
- Avanços em saneamento básico e abastecimento de água, permitindo melhorias em regiões antes sujeitas a enchentes;
- Execução de obras estruturantes de saneamento e drenagem que, embora já integrassem o planejamento municipal, tiveram sua execução priorizada e acelerada pelo cronograma do evento, como o saneamento do Mercado Ver-o-peso, a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Una e a drenagem da Av. Duque de Caxias;
- Melhorias no sistema de tratamento de resíduos, com ampliação da coleta seletiva e reciclagem;

Equipamentos Públicos e Espaços Urbanos



Fonte: Agência Pará,
foto de Marcos Santos.

- Construção do Parque da Cidade em área do antigo aeroporto, com ampla adesão da população local antes mesmo da COP30;
- Revitalização dos Parques Lineares da Doca e da Tamandaré;
- Projeto Porto Futuro II, com restauração histórica do local e construção de galpões culturais e de inovação, incluindo: Museu das Amazônias, Caixa Econômica Cultural, Pavilhão da Gastronomia e Centro de Inovação em Bioeconomia;
- Hotel Vila COP, que será transformado em Centro Administrativo estadual;
- Revitalização do Mercado Ver-o-Peso;
- Reforma e ampliação do Mercado de São Brás;
- Modernização do centro de convenções Hangar, do Mangal das Garças e da Estação das Docas;
- Reformas completas em escolas utilizadas como unidades de hospedagem;

Saúde



- Construção de dois novos hospitais: Hospital da Mulher e o Hospital Augusto Montenegro;

Segurança Pública



- Implementação de um Centro de Controle Operacional permanente, para reforço da segurança e monitoramento do estado;

Turismo e Hotelaria



- Aumento da capacidade hoteleira (9 hotéis novos inaugurados em Belém e Região Metropolitana) e reformas no setor que qualificam a estrutura de modo permanente;
- Criação da plataforma *Visit Pará* (informações turísticas) e aumento na capacidade de oferta de serviços de turismo local;
- Mapeamento das experiências amazônicas e pontos turísticos do território;
- Formação para serviços turísticos a partir da Plataforma Capacita COP30;
- Criação do Selo COP30 para experiências turísticas com tradução;

Capacitação Profissional e Geração de Emprego



- Programa Capacita COP30, que propiciou a certificação de trabalhadores nos setores de gastronomia, hotelaria e cursos de idiomas, qualificando a mão de obra local;
- Vinculação das pessoas capacitadas às demandas permanentes do setor de turismo e serviços.



Fonte: Agência Pará, foto de Izabela Nascimento.

4.

Conclusão

Organizar um evento da magnitude da COP30 não foi uma tarefa fácil. O mundo esteve atento a tudo o que acontecia no Pará, desde as ações de preparação da cidade para receber as delegações internacionais até as discussões que ocorriam a portas fechadas. Era a vez de Belém mostrar ao cenário internacional o poder do Brasil nas negociações climáticas. O país, que abriga a maior parte da floresta amazônica, tinha o dever de mobilizar governos nacionais e subnacionais, o setor privado, a sociedade civil e os povos da floresta para, juntos, darem um passo   frente no combate às emergências climáticas.



*Durante a COP30,
o Governo do Pará
esteve preparado para
resolver rapidamente
qualquer problema
que surgisse,
minimizando os
impactos para
a população.*

Para que esse desafio fosse bem-sucedido, era necessária a integração entre os entes nacionais e internacionais, de modo a transformar Belém e o Pará em um território de referência internacional, preservando suas características geográficas e culturais marcantes, inseridas em meio a uma floresta sagrada. Foi assim que o Governo do Estado do Pará previu, planejou, executou e analisou todos os cenários possíveis ao mesmo tempo em que conduziu uma agenda intensa de entregas, prazos e adaptações, em um contexto de complexidade institucional e pressão pública.

Em grandes eventos internacionais, como a Conferência do Clima da ONU, imprevistos podem ocorrer, mas a diferença está na maneira como são geridos. Durante a COP30, o Governo do Pará esteve preparado para resolver rapidamente qualquer problema que surgisse, minimizando os impactos para a população. Essa capacidade de resposta, construída ao longo do processo, demonstrou a maturidade institucional necessária para conduzir uma agenda global sem perder de vista a realidade local.

Esse cenário favorável só foi possível porque o Governo do Estado do Pará se comprometeu a entregar o melhor que Belém e o Pará poderiam oferecer. Essa dedicação é evidenciada pelos

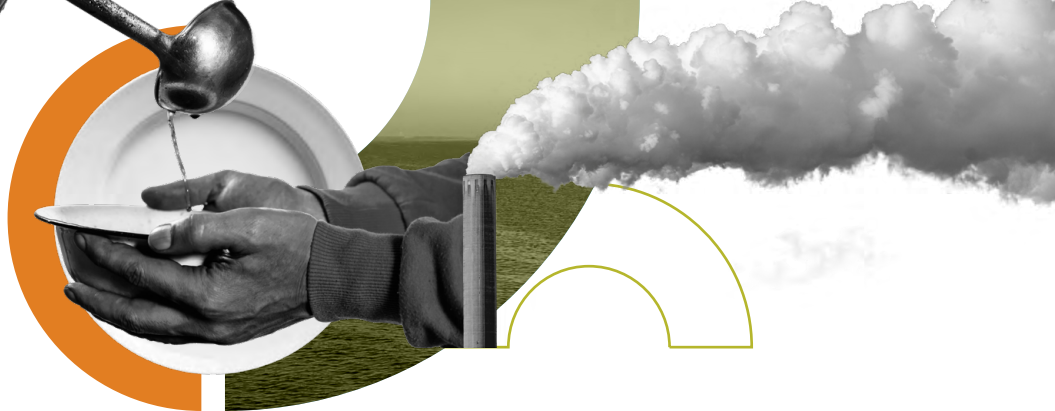


relatos coletados em entrevistas com os principais atores do governo e parceiros técnicos na preparação do evento, apresentados ao longo desta publicação. No entanto, a experiência demonstrou que dedicação, por si só, não sustenta a execução de um desafio dessa escala. O que tornou possível atravessar prazos enxutos, múltiplas frentes simultâneas e exigências internacionais é a combinação de liderança, coordenação e método.

Ao longo do processo, a construção e fortalecimento de uma governança própria para a COP30, com instâncias decisórias, fluxos de trabalho, mecanismos de acompanhamento, foi o eixo que conectou estratégia e operação. A criação e consolidação do Escritório de Projetos representou, nesse sentido, uma solução de gestão de que funcionou como ponte entre o campo técnico e político, contribuindo para a organização de prioridades, tomada de decisão e viabilizando o monitoramento contínuo das ações. A partir de instrumentos como matriz de responsabilidades, rotinas de reporte e painéis de acompanhamento, o processo passou a operar com mais clareza, previsibilidade e transparência, elementos especialmente relevantes quando o cronograma é rígido e os riscos são elevados.

Não apenas Belém e o Pará mostraram o que a cultura nortista tem de melhor a oferecer aos visitantes, como também o Brasil, por meio da presidência da COP30, destacou a importância de realizar a Conferência em países do Sul Global, que enfrentam diariamente os desafios das mudanças climáticas. A Amazônia exemplificou a relevância de manter a floresta em pé, contribuindo diretamente para o Acordo do TFFF ou *Tropical Forests Forever Fund* (Fundo Florestas Tropicais para Sempre), um novo modelo de financiamento climático que recompensa financeiramente países que preservam suas florestas tropicais. Esse simbolismo ampliou a atenção internacional sobre a região, mas também trouxe consigo uma expectativa prática. Que agendas ambientais e climáticas deixem de existir apenas como compromissos declaratórios e se





transformem em projetos, investimentos, coordenação e capacidade de execução.

A presidência brasileira também se destacou ao interseccionar as agendas da fome e da pobreza com as discussões climáticas, através da Declaração de Belém. Além disso, houve avanços nas áreas de resiliência hídrica, comércio verde, combate à desinformação e proteção dos oceanos como ecossistemas fundamentais no enfrentamento das mudanças climáticas. Contudo, a conquista mais importante da COP30 foi a participação da sociedade civil, especialmente dos povos indígenas e originários, que contribuíram ativamente nas negociações, demonstrando que é essencial ouvir quem sabe cuidar da terra.

Ainda assim, para além das negociações e do debate internacional, esta publicação buscou evidenciar outro aspecto central. A COP30 foi também uma janela de oportunidade para acelerar decisões, destravar processos e ampliar a capacidade de entrega do poder público. Isso se materializou em intervenções urbanas, obras de infraestrutura, mobilidade, saneamento, requalificação de espaços e equipamentos públicos, além de estratégias de hospedagem, turismo e cultura que precisaram ser planejadas e operacionalizadas em tempo recorde. Em muitas frentes, o cronograma do evento funcionou como indutor de prioridade e coordenação, permitindo que projetos estruturantes avançassem com maior rapidez e foco.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o legado não se resume ao que foi construído ou entregue fisicamente. A COP30 evidenciou um aprendizado relevante para a gestão pública. Em projetos complexos, o que sustenta resultados não é apenas orçamento ou volume de iniciativas, mas a capacidade de organizar pessoas e instituições em torno de uma lógica comum de execução. Quando há clareza de papéis, coordenação execu-



*A COP30 evidenciou
um aprendizado
relevante para a
gestão pública.*

*A capacidade de
organizar pessoas
e instituições em
torno de uma lógica
comum de execução.*

tiva, acompanhamento sistemático e decisões guiadas por critérios, a administração pública ganha potência e consistência. E isso permanece para além do ciclo do evento.

Nesse sentido, o pós-COP é onde o legado precisa se confirmar. Grandes entregas exigem manutenção, operação, continuidade e capacidade institucional para que benefícios se consolidem no médio e longo prazo. O desafio seguinte é garantir que instrumentos, rotinas e práticas desenvolvidas para a COP30 sigam como capacidades permanentes do Estado e sejam mobilizados para outras políticas estruturantes. O aprendizado se torna legado quando deixa de ser excepcional e passa a virar rotina.

A COP30 também reforçou que a construção de soluções em contextos complexos depende de colaboração estruturada. Quando governo, sociedade civil e setor privado atuam de maneira organizada, com responsabilidades definidas e objetivos compartilhados, torna-se possível responder com mais agilidade, reduzir ruídos e operar com maior eficiência. Esse tipo de colaboração não substitui o papel do Estado nem transfere responsabilidades de execução. Ao contrário, fortalece a capacidade pública ao apoiar pro-

cessos, métodos e ferramentas que qualificam a tomada de decisão e o acompanhamento das entregas.

Entre diversos desafios e conquistas, a COP30 ficou marcada na história mundial e na trajetória da região Norte do Brasil. Não apenas pelo simbolismo de sediar a Conferência em uma capital amazônica, mas pela mobilização institucional necessária para transformar essa decisão em realidade. Isso só foi possível porque Brasil, Pará e Belém trabalharam juntos para fazer deste evento um sucesso, cada qual em suas competências e responsabilidades. Que as lições aprendidas e as conquistas dessa jornada nos motivem a seguir adiante, reafirmando compromissos com um futuro mais sustentável.

Esta publicação buscou reunir evidências, relatos e aprendizados para contribuir com a memória do processo e com o debate público sobre como o Brasil pode conduzir grandes agendas com mais coordenação, método e capacidade de execução. O legado do Pará para um futuro sustentável será medido, em última instância, pela permanência das transformações geradas na infraestrutura e nos serviços, mas também na forma de planejar, priorizar, coordenar e entregar políticas públicas. Quando governança e planejamento de longo prazo passam a fazer parte da rotina, o extraordinário deixa de ser exceção, e o futuro deixa de ser promessa para virar construção cotidiana.



Agradecimentos

A realização da COP30 no Pará foi resultado de um esforço coletivo marcado por liderança pública, coordenação institucional e colaboração qualificada entre diferentes atores.

Nosso reconhecimento ao **Governo do Estado do Pará**, na figura do governador Helder Barbalho, cuja condução política, clareza de prioridades e compromisso com a construção de uma governança sólida foram determinantes para preparar o Estado para um desafio de escala global. É imprescindível também o agradecimento à vice-governadora Hana Ghassan Tuma, que, na condição de presidente do Comitê Estadual da COP30, exerceu papel central na articulação institucional e no alinhamento estratégico do processo.



*A experiência da
COP30 no Pará
demonstra que
grandes agendas
globais podem ser
conduzidas com
planejamento,
coordenação e
compromisso
institucional*

Nosso reconhecimento especial às **Secretarias de Estado** que integraram o Comitê Estadual da COP30, com destaque para a Secretaria de Obras Públicas, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Turismo e a Secretaria de Infraestrutura e Logística, cuja atuação institucional foi fundamental para viabilizar soluções, organizar frentes de trabalho e garantir a execução das iniciativas associadas à realização da COP30 no Pará.

Destacamos, também, o papel do **Núcleo COP**, unidade de coordenação executiva responsável por organizar fluxos, alinhar decisões

e sustentar a governança da operação. Essa unidade foi liderada desde o início por Ivaldo Ledo, Brenda Maradei e Cláudia Valente, além de uma equipe de apoio formada por demais gerentes, coordenadores, assessores e profissionais administrativos, cujo trabalho técnico e cotidiano garantiu consistência, continuidade e capacidade de resposta à complexidade da agenda da COP30.

Registramos ainda nosso agradecimento às **instituições parceiras** que contribuíram de forma integrada e complementar para a construção técnica, metodológica e operacional dessa agenda. A atuação conjunta da Accenture e do escritório Ciclo Arquitetura reforça a importância da colaboração estruturada entre governo, sociedade civil e setor privado para enfrentar desafios complexos e de grande escala.

A **todos os profissionais envolvidos**, que atuaram com dedicação, responsabilidade e espírito público, deixamos nosso agradecimento. A experiência da COP30 no Pará demonstra que grandes agendas globais podem ser conduzidas com planejamento, coordenação e compromisso institucional, deixando aprendizados e capacidades que permanecem para além do evento.



6.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA PARÁ. Pará firma acordo com setor hoteleiro para garantir leitos até 300 dólares para delegações. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/68830/para-firma-acordo-com-setor-hoteleiro-para-garantir-leitos-ate-300-dolares-para-delegacoes>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

AGÊNCIA PARÁ. Parque da Cidade recebe mais de 670 mil visitantes antes de ser preparado para a COP30. Agência Pará, 16 de agosto de 2025. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/69723/parque-da-cidade-recebe-mais-de-670-mil-visitantes-antes-de-ser-preparado-para-a-cop30>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

BNETWORK. COP30 BELEM. Disponível em: <https://cop30.bnetwork.com/>. Acesso em 23 de setembro de 2025.

GOVERNO DO BRASIL. Fundo Florestas Tropicais. Ministério da Fazenda. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/transformacao-ecologica/programas-em-destaque/fundo-florestas-tropicais>. Acesso em 22 de dezembro de 2025.

GOVERNO DO PARÁ. Programa Capacita COP 30. Disponível em: <https://capacitacop30.pa.gov.br/>. Acesso em 23 de setembro de 2025.

QUALITOURS. COP 30 Amazônia. Disponível em: <https://cop30.qualitours.com.br/>. Acesso em 23 de setembro de 2025.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO GOVERNO DO PARÁ. Governo destaca, em Davos, legado da COP 30 para floresta viva e a bioeconomia. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2025/01/21/governo-destaca-em-davos-legado-da-cop-30-para-floresta-viva-e-a-bioeconomia/>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE SECRETARIAT. How to COP. 2023. Disponível em: <https://unfccc.int/sites/default/files/resource/How-to-COP.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2025.

VALOR ECONÔMICO. COP30, um ponto de virada na ação climática global. Opinião. 2026. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/cop30-um-ponto-de-virada-na-acao-climatica-global>. Acesso em 06 de janeiro de 2026.



Atribuição – NãoComercial – Compartilha Igual 4.0 Brasil (CC BY-NC-SA 4.0 BR)

Tem o direito de:

Compartilhar – reproduzir, distribuir e transmitir o trabalho.

Remisturar – adaptar o trabalho De acordo com as seguintes condições:



Atribuição – Tem de fazer a atribuição do trabalho, da maneira estabelecida pelo autor ou licenciante (mas sem sugerir que este o apoia, ou que subscreve o seu uso do trabalho).



NãoComercial – Não pode usar este trabalho para fins comerciais.



CompartilhaIgual – Se alterar ou transformar este trabalho, ou criar um trabalho baseado neste trabalho, só pode distribuir o trabalho resultante licenciando-o com a mesma licença ou com a uma licença semelhante a esta.

No entendimento de que:

Renúncia – Qualquer uma das condições acima por ser renunciada pelo titular do direito de autor ou pelo titular dos direitos conexos, se obtiver deste uma autorização para usar o trabalho sem essa condição.

Domínio Público – Quando a obra ou qualquer dos seus elementos se encontrar no domínio público, nos termos da lei aplicável, esse estatuto não é de nenhuma forma afetado pela licença.

Outros Direitos – A licença não afeta, de nenhuma forma, qualquer dos seguintes direitos:

- Os seus direitos de “uso legítimo” (fair dealing ou **fair use**) concedidos por lei, ou outras exceções e limitações aplicáveis ao direito de autor e aos direitos conexos;
- Os **direitos morais** do autor;
- Direitos de que outras pessoas possam ser titulares, quer sobre o trabalho em si quer sobre a forma como este é usado, tais como os **direitos de publicidade** ou direitos de privacidade.

AVISO – Em todas as reutilizações ou distribuições, tem de deixar claro quais são os termos da licença deste trabalho. A melhor forma de fazê-lo é colocando um link para esta página.

Fale com a Comunitas!

contato@comunitas.org.br

Siga nossos sites e mídias sociais!



comunitas.org.br



@comunitasbr

Realização



Comunitas

**REDE
JUNTOS**

ISBN: 978-85-89303-12-5

CBL



9 788589 303125